

“And in his hand he baar a myghty bowe”.¹

As razões justificativas deste apontamento sobre a presença e o papel históricos do arco, enquanto instrumento bélico,² na Baixa Idade Média inglesa decorrem da inclusão do Professor Hélio Osvaldo Alves no júri de doutoramento da dissertação *Príncipe dos Ladrões: Robin Hood na Cultura Inglesa (c.1377-1837)*, por nós apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em Julho de 1996. Embora nessa altura conhecêssemos já o fascínio do Professor Hélio Alves por figuras, movimentos e projectos ‘marginais’ ou ‘marginalizados’ (fascínio que, diga-se de passagem, nos habituámos a atribuir também à sua transbordante humanidade, à capacidade alquímica de fundir inconformismo e compaixão e ao exercício solidário --- e às vezes decerto solitário -- do direito à indignação moral e cívica), foi ainda assim com surpresa que deparámos, numa das suas últimas obras e a propósito dos Luditas, com “Robin Hood revisitado” (Alves, 2002: 77-96).

Mas --- confessemos-lo --- não é só este o motivo que nos fez recuperar estas notas (também elas ‘marginais’, porque ‘excluídas’ quer da dissertação original, quer do livro no qual se transformou) e dedicar este texto à memória do insigne Professor e querido Amigo que homenageamos. De facto, dobrado o cabo das tormentas doutorais, raras terão sido as vezes em que o Professor Hélio, com a boa disposição e o sentido de humor que tão marcadamente o distinguiam, nos não cumprimentava fingindo alvejar-nos com um arco imaginário, antes de abrir um daqueles fraternais sorrisos de que todos teremos já saudades.

Evocado o contexto académico que envolveu as leituras originalmente efectuadas em torno desta temática, começaríamos por fazer uma rápida remissão colectiva para o que então se escreveu sobre a associação ou identificação literária e lendária de Robin Hood

¹ Verso constante da descrição do *yeoman* no Prólogo Geral de *The Canterbury Tales*; à forma “baar” (Médio Inglês) corresponde hoje em dia “bore”.

² Na verdade, este estudo privilegia a vertente guerreira do objecto (ou, melhor dizendo, da sua utilização), em detrimento de actividades cinegéticas (por razões de sobrevivência alimentar ou puro folguedo das classes nobres), lúdicas e desportivas (a prática do tiro ao arco, ainda hoje uma modalidade olímpica), etc. Do mesmo modo, prescindimos de qualquer levantamento e análise de fontes como tratados ou manuais de caça em geral (e com arco em particular), bem como de educação e conduta de classes e tipos socioprofissionais conotados com esta actividade.

com o arco desde as mais antigas baladas sobreviventes; a condição social, económica, funcional e administrativa de *yeoman*, aquela que essas baladas aplicam ao fora-da-lei, independentemente ou para além das distinções estabelecíveis entre diferentes tipos de *yeomen*; ³ a descrição visual do *yeoman forester*, personagem de Chaucer; ou o recurso de edições de *The Canterbury Tales* e *A Gest of Robyn Hode* a um mesmo molde tipográfico do *yeoman* na transição dos séculos XV-XVI (Alarcão, 2001: 77-81, 99-100 e n.108, 116-119, 133-151 *passim* e 167-168). Todos estes dados foram já lançados, pelo que não fará sentido, nem é nosso propósito, relançá-los neste momento. Mas onde poderemos (ou deveremos) situar, afinal, as origens da familiaridade medieval com esse arco (*longbow*) tantas vezes apelidado de “inglês” ?

Como ponto de partida, parece curial admitir-se que a perícia evidenciada pelos arqueiros ingleses entre, fundamentalmente, os séculos XIV e XV pressupõe um longo contacto com a arma, o que é corroborado pela referência feita em *Constitutio Domus Regis* (c.1136) ao pagamento devido aos encarregados do transporte do arco do rei; ⁴ embora o documento anónimo date do início do reinado de Stephen (1135-1154), crê-se que o seu autor terá sido Nigel, bispo de Ely e tesoureiro de Henry I (1100-1135), cuja Casa Real seria, pois, a descrita. Contudo, segundo a visão tradicional, o objecto em causa não é ainda o *longbow* (grafado por alguns autores como *long-bow* ou *long bow*, o que, como veremos, se presta a alguns equívocos), mas um seu antepassado, o arco curto (*short bow*), de menores dimensões, alcance e poder letal, servindo o peito, e não o ombro, de ponto de apoio. De acordo com a mesma perspectiva, seria este o arco representado por quatro vezes na ‘tapeçaria’ de Bayeux (1070s), empunhado sempre, de facto, a nível do peito e maioritariamente por guerreiros normandos. ⁵

³ Por exemplo, *yeomen of the Crown*, *yeomen of the guard*, *yeomen of the household*, *yeomen archers*, *yeomen foresters* e *yeomen farmers*.

⁴ “Of the archers who carry the king’s bow, each five pence a day, and the other archers as much.” (Bagley, 1965: 61). Não é, naturalmente, fácil proceder a actualizações e conversões cambiais, apesar das equivalências fornecidas por A. L. Brown: “The common English currency in the late Middle Ages and until decimalization in 1971 was the pound containing 20 shillings (20s.) and 240 pence (240d.) One penny equalled two half-pence or four farthings [...] A mark was two-thirds of a pound or 13s. 4d. [...]; a half-mark was one third of a pound or 6s. 8d. [...]” (Brown, 1989: viii).

⁵ Dessas quatro ocorrências, apenas uma é relativa ao exército saxónico: trata-se de um indivíduo de mais baixa estatura (um jovem?) e menos protegido do que os seus companheiros (Grape, 1994: 154). Nas figurações normandas, vêem-se primeiro quatro arqueiros peões (*ibidem*: 152-153); mais vinte e três representados na margem inferior (*ibidem*: 160-163); e, por último, um arqueiro a cavalo, perseguindo anglo-

Para J. C. Holt, apostado, por seu turno, em desfazer a “confusão semântica” que considera existir em torno do arco (*longbow*, *long-bow* ou *long bow*), este não deve ser contraposto ao arco curto (*short bow*), mas sim à besta (*crossbow*); ⁶ a utilização de arcos mais curtos dever-se-ia simplesmente às diferenças de estatura dos executantes, tal como a diversidade de posições adoptadas, longe de corresponder a duas armas distintas, representaria duas fases na história do objecto ou do seu manejo (Holt, 1984: 79-80). Independentemente desta controvérsia, a verdade é que se, a partir de *Constitutio Domus Regis*, estendermos o olhar ao século XII na sua globalidade, dificilmente se poderá sequer fazer do tiro ao arco uma especialidade inglesa, se tivermos em conta o louvor que lhe dispensa, pela sua precisão e eficácia, Giraldus de Barri, mais conhecido por Giraldus Cambrensis (c.1145-1223), em *Itinerarium Cambriae*:

"It is worth mentioning [...] that the men of Gwent [...] have much more experience of warfare, are more famous for their martial exploits and, in particular, are more skilled with the bow and arrow than those who come from other parts of Wales. I will give you a few examples to show just how true this is. William de Braose [...] testifies that, in the war against the Welsh, one of his men-at-arms was struck by an arrow shot [...] by a Welshman. It went right through his thigh [...] and then through the skirt of his leather tunic; next it penetrated that part of the saddle which is called the alva or seat; and finally it lodged in his horse, driving in so deep that it killed the animal. An arrow pinned the thigh of another soldier to his saddle [...]. He tugged on the reins and pulled his horse round in a half-circle, whereupon another arrow, shot by the same bowman, hit him in exactly the same place in the other thigh so that he was skewered to his horse on both sides. It is difficult to see what more you could do [...]." (Gerald of Wales, 1984: 112-113).

saxões em retirada (*ibidem*: 165-166). A este propósito, vale a pena citar Norman e Pottinger: “The bows used by the Saxons for hunting and war were about four- to five-feet long. Although they have all rotted away long ago, traces of them, together with a few arrowheads, are sometimes found in the soil of graves. They are mentioned in poems of the time and illustrated in manuscripts and carvings.” (Norman e Pottinger, 1979: 18) e “Apparently, William’s infantry was mainly composed of archers armed with shortbows drawn to the breast, and it was their employment which finally broke the resistance of the English [...].” (*ibidem*: 30).

⁶ Qualquer estudo sobre a besta, alheio aos presentes objectivos, poderia igualmente apoiar-se, como é lógico, nas referências bibliográficas indicadas.

A data de composição de *Itinerarium Cambriae* permanece incerta, mas sabe-se que a viagem que lhe está na origem teve lugar em 1188, no final do reinado de Henry II (1154-1189). Contemporâneo do monarca, do próprio Giraldus Cambrensis e poderoso elemento da aristocracia anglo-galesa, detendo inclusive terras na região de Gwent, é Richard de Clare, conde de Pembroke (m.1176), cuja identidade se dilui frequentemente no cognome de *Strongbow*. Por último, cabe aqui lembrar o Decreto de Armas (*Assize of Arms*, 1181),⁷ “[...] the first of a series of attempts [...] to reorganize the English military obligation on the basis of wealth.” (Hollister, 1996: 152), no qual se nomeiam as armas de posse e uso obrigatórios por parte dos cavaleiros, burgueses e homens livres, consoante os respectivos bens e rendimentos, no âmbito do serviço militar devido à Coroa; tanto o *yeoman* como o arco pecam por omissão. Este facto sugere que, nos finais do século XII, não só o arco (como arma de guerra, entenda-se) seria praticamente negligenciado em Inglaterra, mas também que os elos com o *yeoman* archeiro estariam ainda por forjar.

O século XIII virá alterar substancialmente este quadro. Assim, na *Chronica Majora*, da autoria do monge e historiador beneditino de St. Albans, Matthew Paris (c.1200-1259), o arco figura nas ilustrações das batalhas de Bouvines (1214) e Sandwich (1217), da responsabilidade do próprio cronista. A reprodução do desenho relativo a Sandwich⁸ não deixa margem para dúvidas: o ombro surge já como ponto de apoio, ao contrário da parte do corpo que supostamente lhe corresponderia no arco curto, o peito.

A legislação relativa à posse, ao porte, ao uso e à prática do arco documenta esta visibilidade e este protagonismo acrescidos nos reinados de Henry III (1216-1272) e, sobretudo, de Edward I (1272-1307). No que toca a Henry, ele mesmo contemporâneo de Matthew Paris, importa destacar um novo Decreto de Armas (*Assize of Arms*, 1242), estipulando a obrigatoriedade da posse e do uso do arco e respectivas flechas pelos homens livres que possuíssem terras de rendimento anual de duas a cinco libras ou bens móveis

⁷ Steinberg e Evans situam-no, com reservas, em 1176 (Steinberg e Evans (eds.), 1974: 18-19), quebrando assim a consensualidade da data de 1181. Algumas cláusulas do documento acham-se transcritas por Toyne, 1913: 6.

⁸ Biblioteca do *Corpus Christi College*, Cambridge, Ms. 16, fol. 52, reproduzido in Holt, 1984: 80.

(*chattels*) no valor entre £6 e £13 6s. 8d. (Holt, 1984: 144). É certo que a designação de 'homem livre' não teria ainda as conotações que hoje lhe reconhecemos; de qualquer forma, a importância deste *Assize*, notada, entre outros, por Trevelyan,⁹ Norman e Pottinger¹⁰ ou Steinberg e Evans,¹¹ é independente e não sai diminuída das alterações semânticas (histórico-sociais e político-ideológicas) sofridas pela designação desde os séculos XIII e XIV.

Quanto à conexão galesa, notada, como vimos, por Giraldus Cambrensis, ela reaparece no reinado de Edward I, responsável pela primeira tentativa consequente de imposição da soberania inglesa sobre os chefes nativos (1282). A resistência oferecida pelos galeses está certamente na origem da atenção concedida ao arco no Estatuto de Winchester (1285), diploma na linha dos *Assizes* de 1181 e 1242:

“Every man shall have in his house equipment for keeping the peace, according to the ancient assize; that is to say, every man between 15 and 60 years of age shall be assessed and obliged to have arms according to the quantity of his lands and goods; [...] from 40 up to 100 shillings’ worth of land, a sword, a bow and arrows, and a knife; [...] all others out of the forest shall have bows and arrows, and within the forest bows and bolts.” (Bagley, 1965: 149).¹²

Se a referência à floresta se prende com a velha questão dos direitos, das pretensões e dos abusos florestais por parte da Coroa, as setas ("bolts") parecem remeter-nos para as

⁹ "[...] in an Assize of Arms of Henry III's reign certain classes of English freemen had, for the first time, been required to possess bows of some sort." (Trevelyan, 1985: 170).

¹⁰ " It [the Assize] was originally a police measure, dealing with the keeping of the peace, but it divided the classes into the main branches of the army which lasted throughout the Middle Ages. [...] Although these [bows] were almost certainly not yet longbows it was the members of this class [two to five pound freeholders] that were to become the famous archers of the next century." (Norman e Pottinger, 1979: 60).

¹¹ "Henry III's regulations of 1242 increased the number of classes of assessment and introduced a wider range of equipment: the poorest men were to have at least bows and arrows if possible." (Steinberg e Evans (eds.), 1974: 19).

¹² Para um melhor enquadramento do diploma e uma versão diferente do passo transcrito, cf. Bagley e Rowley, 1966: 152-162. Na apresentação de uma medida congénere, datada de 1558, pode ler-se: “All those who had land worth £1,000 a year or more were to keep [...] thirty longbows, each with twenty-four arrows; [...]. Each class below this rank had to produce horses and equipment in proportion to their income, down to those with between £5 and £10 a year who had to provide [...] one bow with its arrows [...].” (Norman e Pottinger, 1979: 177).

bestas que o arco viria de algum modo a suplantar precisamente a partir do reinado de Edward I.¹³ Acrescente-se que o Estatuto de Winchester prevê a prática obrigatória do arco pelos *yeomen* e os resultados não tardariam a aparecer: de facto, o valor bélico deste instrumento ‘importado’ após as campanhas galesas manifesta-se já na vitória inglesa sobre os escoceses de William Wallace (Falkirk, 1298),¹⁴ iniciando ou, pelo menos, anunciando o processo de consagração hegemónica do arco como a arma nacional por excelência no período tardo-medieval.

No século XIV, unanimemente considerado a idade de ouro mercê dos triunfos alcançados, no quadro da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), em Sluys (1340), Crécy (1346), Poitiers (1356) e, mais tarde, Agincourt (1415), "[...] archers became more important than before with the development of the longbow, the great English six-foot bow of oak or yew which could penetrate armour up to a range of nearly 400 yards and had a rapid rate of fire." (Keen, 1986: 8);¹⁵ segundo este historiador, a supremacia da arma data de Halidon Hill (1333), "[...] the first battle which fully demonstrated the potential of the English longbow." (*ibidem*: 108). Além da eficácia do arco, tão sugestivamente representada nas ilustrações das crónicas de Froissart (1337?-c.1410),¹⁶ os arceiros apresentavam a vantagem adicional de constituir uma mão-de-obra relativamente barata: segundo Keen, "the daily rates of pay in Edward III's time [1327-1377] were, for a duke, one mark (13s. 4d.); [...] mounted archers were usually paid 6d. a day and foot archers 2d."

¹³ "From the late 13th century onwards the crossbow was gradually displaced in England by the longbow, mainly because of the cheapness and speed of discharge of the latter; but the crossbow never quite disappeared." (Anónimo, 1981: 1-2).

¹⁴ No entanto, como lembra Powicke, "The development of reliance upon English archers in battle was slow. In the Scottish wars Edward's archers were mainly Welsh. [...] The victory of Maes Moydog in 1295 is a turning point." (Powicke, 1970: 422, n. 1).

¹⁵ Cremos ter interesse adicionar alguns dados sobre a caracterização física e as propriedades do arco. Assim, além da madeira de carvalho (*oak*) ou teixo (*yew*), ele poderia ser construído em freixo (*ash*) ou ulmeiro/olmo (*elm*), variando em regra entre 5 e 6 pés de altura (c. 1,52 m - c. 1,83m) e atingindo uma distância variável até 400 jardas (365,76m) ou pouco mais, mas frequentemente estimada em c. 240 (c. 219,46m). As flechas eram geralmente ornamentadas com penas de ganso ou (as mais luxuosas) de pavão, como as transportadas pelo *yeoman* chauceriano. Finalmente, de um arceiro experimentado dizia-se esperar que disparasse doze setas certas num minuto.

¹⁶ Veja-se, por exemplo, a representação de um cerco em *Les Chroniques d'Angleterre* (British Library, Royal Ms. 14 E.iv, c.1480), reproduzida in Mann, 1970: 22-23 e Borg, 1986: 16-17. O arco figura ainda nas iluminuras do *Luttrell Psalter* (British Library, Ms. Add. 42130, c.1340, fols. 307v. e 147v., reproduzidas in Holt, 1984: 20 e 93, respectivamente) e no *Livre de Chasse*, de Gaston Phoebus, Conde de Foix (1331-1391), traduzido e aumentado sob o título de *The Master of Game* (c.1410) por Edward, 2º Duque de York, que viria a morrer em Agincourt (1415).

(Keen, 1986: 147). ¹⁷ E, no entanto, "even for the humblest in the army, the archers, the wage of 2d. a day was attractive by itself, in an age when a ploughman might hope to earn 12s. or 13s. in a twelvemonth." (*ibidem*).

Apesar disso, os primeiros sinais de que a supremacia do arco poderia vir a ser questionada chegam-nos desse mesmo século XIV; o principal está no aparecimento e na difusão e popularização graduais das armas de fogo a partir do segundo quartel, o que não significa que o arco tenha sido automaticamente destronado pelo advento da artilharia. ¹⁸ Por outro lado, marcada por uma agudização das tensões económicas, sociais e laborais e pela explicitação das conflitualidades delas decorrentes, a segunda metade do século ver-se-á perante uma singular encruzilhada: se as necessidades de constituição e preservação de uma mão-de-obra abundante e especializada levariam Edward III (1363) ¹⁹ e Richard II (1389) ²⁰ a decretar a prática obrigatória do arco aos domingos e feriados enquanto outras diversões são proibidas sob pena de prisão, a proliferação e contratação de profissionais da guerra (indivíduos, companhias ou exércitos particulares) a que o próprio Edward III recorrera para o conflito com a França e características, afinal, do “feudalismo bastardo” viriam a massificar o número de armas em circulação, com todos os potenciais perigos para a paz e ordem públicas. Um exemplo revelador chega-nos de 1381, quando o transporte do arco pelos revoltosos confere um dramatismo acrescido à intervenção do moço rei, Richard

¹⁷ Aparentemente, estas diferenças salariais seriam já antigas, a avaliar pela informação de que “The records of Rhuddlan Castle for 1281 show that whereas crossbowmen were paid 4d a day, ordinary archers received only 2d!” (Vries, 1988: 44).

¹⁸ Como escreve Mann, reportando-se ao início do século XVI: “Gradually the musket ousted the English bow, but it took a long time, because firearms in their early days were slow, unwieldy, and unreliable, and their effective range was short.” (Mann, 1970: 41), ao que um outro autor acrescenta: “the bow had been largely replaced by the matchlock musket, yet in Elizabeth's reign [1558-1603] there were still many who believed the bow to be the superior weapon.” (Borg, 1986: 29).

¹⁹ “Whereas the people of our realm, nobles as well as commoners, usually practised in their games the art of archery, whereby honour and profit accrued to the whole realm and we gained not a little help in our wars with God’s favour; and now the said art is almost totally neglected and the same people amuse themselves with throwing stones, wood or iron, or playing handball, football or stick-ball or hockey or cock-fighting, and some indulge in other dishonest games which are less useful or worthwhile, so that the said kingdom ... becomes destitute of archers.” (Bryant, 1963: 433, n. 1).

²⁰ “A statute of Richard II in 1389 imposed on ‘servants and labourers’ the need to obtain bows and arrows and to practise archery on Sundays and on holidays, renouncing ball games (either with the hand or foot) and ‘other games called *coytes*, *dyces*, *gettire de pere*, *keyles* and other such importunate games.” (Contamine, 1984: 217).

II (1377-1399), logo após o assassinato de Wat Tyler,²¹ embora dilemas, temores e ambivalências oficiais como aqueles que temos procurado sugerir não fossem de modo algum um exclusivo inglês.²² Não surpreende, portanto, que, apesar do diploma ricardino de 1389 (cf. *supra*, n.20), o Estatuto de Librés e Dependências (*Statute of Livery and Maintenance*, 1390) estipule: “No [...] noble shall give [...] a livery to any *valet* called a yeomen archer nor to any other person of lower estate than esquire unless he is a family servant living in the household.” (*apud* Holt, 1984: 155).²³

A licenciosidade no porte e uso de armas, amplificada pela instabilidade e turbulência características de praticamente todo o século XV, talvez sirva ainda de longínquo pano de fundo aos distúrbios provocados em 1498 por um tal Roger (ou Robert) Marshall em Wednesbury, Walsall e Willenhall (*ibidem*: 148-149). Embora a periculosidade do arco ressalte do texto da petição enviada por Roger Dyngley, *Mayor* de Walsall, a Henry VII,²⁴ é legítimo supor que o aperfeiçoamento das armas de fogo ao longo do século XV terá sido gradualmente acompanhado, não obstante legislação em contrário, pelo declínio e pela desvalorização ‘militares’ do arco²⁵ que, todavia, consegue aparentemente manter a sua importância ‘civil’, isto é, lúdica e desportiva (ver *supra*, n.2). Em 1465, no reinado de Edward IV (1461-1470 e 1471-1483), é decretada a obrigatoriedade da presença de alvos em cada povoação para prática das populações (Holt,

²¹ “As he [Tyler] was remounting, [...] he touched his weapon; Mayor Walworth [...], seeing the king threatened, cut him down on the spot. As they saw Tyler fall his followers were beginning to fit arrows to their bows, when Richard, with incredible courage, rode forward : ‘Sirs, will you shoot your king ?’” (Keen, 1986: 270).

²² “Jean Jouvenel des Ursins recounts how in 1384, on the conclusion of a truce between France and England, the government of Charles VI [1380-1422] prohibited playing any other games except those with the bow and crossbow. Results were soon apparent: in a short time French archers were beating English ones. But then there were fears of social subversion, for ‘if they were gathered together they would be more powerful than the princes and nobles.’ As a result Charles VI gave up imposing a general apprenticeship and restricted himself to specifying a limited number of archers to be raised in certain towns and districts.” (Contamine, 1984: 217).

²³ A lenta e difícil erradicação do “feudalismo bastardo” pode ser ilustrada mediante referência às proibições de constituição ou manutenção de exércitos privados implementadas por Henry VII (1485-1509) através, por exemplo, da Lei das Dependências Ilegais (*Act against Unlawful Retainers*, 1504).

²⁴ Transcreva-se, a título ilustrativo, o seguinte passo: “[...] one John Beamonde, Squyer, Walter Leveson, of Wolverhampton, Richard Foxe, priest, of the same town, and one Roger Marshall, of Wednesbury, ‘arreyssed’ [raised] and riotously assembled themselves at Wednesbury with other riotous persons to the number of 200 men, arrayed in manner of war, that is to say, with bows, arrows, bills, and glaives, with other unlawful weapons there gathered and assembled, to the intent to have come to have destroyed your said town of Walsall [...]” (*apud ibidem*: 148).

²⁵ “The longbow’s last outright victory was the ‘battle of the Herrings’ in 1429 when a convoy carrying Lent supplies to Orleans defeated a French attack.” (Hindley, 1971: 96).

1984: 145) enquanto *The Black Book of the Household* (1472) estipula que os *yeomen* integrados na Casa Real deveriam ser “[...] most semely persones, clenely and strongest archers, honest of condicions and of behavoure, bold men, chosen and tryed out of every lordes house in Ynglonde for theyre cunyng and vertew. [...]” (*apud ibidem*: 120), especificando as respectivas funções: “[...] anothyr to be yoman of the armory; another to be yoman of the bowes for the king; [...] another to kepe his dogges for the bowe; [...]. Also hit accordith that they be chosen men of manhoode, shotyng, and specially of vertuose condicions.” (*apud ibidem*).

Reportando-se ao início do século XVI, escreve Wiles: "the Englishman's prowess with the longbow was long thought essential to the defence of the realm, and the practice of archery was compulsory. A statute of 1511 ordered that 'all sorts of men under the age of forty years shall have bows and arrows and use shooting', and constant attempts were made to reinforce this measure." (Wiles, 1981: 32). Não será, porém, legítimo interpretar esta sucessão ou recorrência de medidas de um proteccionismo eventualmente anacrónico como o melhor sinal ou atestado da sua própria ineficácia? Não obstante as origens galesas dos Tudor e a conhecida paixão de Henry VIII (1509-1547) pelo arco (Alarcão, 2001: 185-187), o facto de que, três séculos após a (re)descoberta e apropriação inglesas da arma nas campanhas em Gales e na Escócia, "[...] of the eight thousand Londoners who mustered against the invasion of 1588, not one carried a bow." (Knight, 1994: 137) oferece-se como possível epílogo para esta crónica de uma morte anunciada.

Bibliografia selectiva utilizada:

ALARCÃO, Miguel, 2001, *Príncipe dos Ladrões: Robin Hood na Cultura Inglesa (c.1377-1837)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, “Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas”.

ALVES, Hélio Osvaldo, 2002, *As Carroças da Subversão (1803-1822). A Revolução Francesa em Inglaterra. As Ideias e os Textos*, vol. II, Figueira da Foz, CEMAR.

ANÓNIMO, 1981 (1976), *Crossbows*, London, Published for the Department of the Environment by Her Majesty’s Stationery Office, “Treasures of the Tower”.

BAGLEY, J. J., 1965, *Historical Interpretation: Sources of English Medieval History, 1066-1540*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd., A739.

BAGLEY, J. J. e ROWLEY, P. B., 1966, *A Documentary History of England, 1066-1540*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd., A767.

BORG, Alan, 1986 (1960), *Arms & Armour in Britain*, London, Her Majesty’s Stationery Office, “Royal Armouries”.

BROWN, A. L., 1989, *The Governance of Late Medieval England, 1272-1461*, London, Edward Arnold Ltd., “The Governance of England” (ed. A. L. Brown), 3.

BRYANT, Arthur, 1963, *The Age of Chivalry*, London and Glasgow, Collins, “The Story of England”, II.

CONTAMINE, Philippe, 1987 (1984), *War in the Middle Ages*, Oxford and New York, Basil Blackwell Ltd. (ed. original: 1980, *La Guerre au Moyen Âge*, Paris, Presses Universitaires de France).

GERALD OF WALES (trad. Lewis Thorpe), 1984 (1978), *The Journey through Wales/The Description of Wales* Harmondsworth, Penguin Books Ltd., “Penguin Classics”.

GRAPE, Wolfgang, 1994, *The Bayeux Tapestry. Monument to a Norman Triumph*, Munich, London and New York, Prestel.

HINDLEY, Geoffrey, 1971, *Medieval Warfare*, London, Wayland Publishers, “The Wayland Pictorial Sources Series”.

HOLLISTER, C. Warren, 1996 (1966), *The Making of England. 55 B.C. to 1399*, 7th edition, Lexington, Mass., and Toronto, D. C. Heath and Company, "A History of England" (ed. Lacey Baldwin Smith), I.

HOLT, J. C., 1984 (1982), *Robin Hood*, London, Thames and Hudson Ltd.

JACOB, E. F., 1961, *The Fifteenth Century, 1399-1485*, Oxford, at the Clarendon Press, "The Oxford History of England" (ed. Sir George Clark), VI.

KEEN, M. H., 1986 (1973), *England in the Later Middle Ages. A Political History*, London and New York, Methuen & Co. Ltd., "University Paperbacks", 569.

MANN, Sir James, 1970 (1969), *An Outline of Arms and Armour in England from the early Middle Ages to the Civil War*, London: Her Majesty's Stationery Office.

McKISACK, May, 1971 (1959), *The Fourteenth Century, 1307-1399*, Oxford, at the Clarendon Press, "The Oxford History of England" (ed. Sir George Clark), V.

MYERS, A. R., 1969 (1952), *England in the Late Middle Ages*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd., "The Pelican History of England", 4.

NORMAN, A. V. B. e POTTINGER, Don, 1979 (1966), *English Weapons & Warfare, 449-1660*, London and Melbourne, Arms and Armour Press.

POOLE, A. L., 1951, *From Domesday Book to Magna Carta, 1087-1216*, Oxford, at the Clarendon Press, "The Oxford History of England" (ed. G. N. Clark), III.

POWICKE, Sir Maurice, 1970 (1953), *The Thirteenth Century, 1216-1399*, Oxford, at the Clarendon Press, "The Oxford History of England" (ed. Sir George Clark), IV.

SAUL, Nigel, 1983, *The Batsford Companion to Medieval England*, London, Batsford Academic and Educational Ltd.

STEINBERG, S. H. e EVANS, I. H. (eds.), 1974 (1963), *Steinberg's Dictionary of British History*, 2nd. ed., London, The Book Club Associates.

STENTON, Doris Mary, 1986 (1951), *English Society in the Early Middle Ages (1066-1307)*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd., "The Pelican History of England" (ed. J. E. Morpurgo), 3.

TOYNE, S. M., 1913, *The Angevins and the Charter, 1154-1216. The Beginning of English Law, the Invasion of Ireland and the Crusades*, London, G. Bell and Sons Ltd., "Bell's English History Source Books".

TREVELYAN, G. M., 1985 (1942), *A Shortened History of England*, Harmondsworth, Penguin Books Ltd.

VRIES, Richard de, 1988 (1982), *On the Trail of Robin Hood*, Hightown, Crossbow Books.

WARREN, W. L., 1987, *The Governance of Norman and Angevin England, 1066-1272*, London, Edward Arnold Ltd., "The Governance of England" (ed. A. L. Brown), 2.

WILES, David, 1981, *The Early Plays of Robin Hood*, Cambridge, D. S. Brewer.

“*And in his hand he baar a myghty bowe*”.

Resumo (*Abstract*):

“As razões justificativas deste apontamento sobre a presença e o papel históricos do arco, enquanto instrumento bélico, na Baixa Idade Média inglesa decorrem da inclusão do Professor Hélio Osvaldo Alves no júri de doutoramento da dissertação *Príncipe dos Ladrões: Robin Hood na Cultura Inglesa (c.1377-1837)*, por nós apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em Julho de 1996. [...] Mas --- confessemos-lo --- não é só este o motivo que nos fez recuperar estas notas, também elas ‘marginais’, porque ‘excluídas’ quer da dissertação original, quer do livro no qual se transformou. [...] De facto, dobrado o cabo das tormentas doutorais, raras terão sido as vezes em que o Professor Hélio, com a boa disposição e o sentido de humor que tão marcadamente o distinguiam, nos não cumprimentava fingindo alvejar-nos com um arco imaginário, antes de abrir um daqueles fraternais sorrisos de que todos teremos já saudades.” (excerto da p. 1).

Miguel Alarcão

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa